

AS DIVISÕES REGIONAIS DE PORTUGAL CONTINENTAL NA CARTOGRAFIA DOS MANUAIS ESCOLARES DE GEOGRAFIA, DO SÉCULO XIX AO ESTADO NOVO

Mário Gonçalves Fernandes¹

Recibido: 1 de septiembre de 2016.

Aceptado: 14 de junio de 2017.

RESUMEN:

En este artículo se consideran las divisiones regionales, formales y tradicionales, de Portugal, que se identifican y describen, tratando de reconocer su uso e influencia por la inclusión respectiva en los libros de texto escolares de Geografía, comprobando y confirmando las fuentes en las que se basaron los autores de estos libros publicados entre el siglo XIX y el fin del Estado Novo.

PALAVRAS-CHAVE:

Divisões Regionais de Portugal Continental, Manuais de Geografia.

SUMMARY:

In this article are considered the regional divisions, formal and traditional, of Portugal, which are identified and described, seeking to recognize their use and influence from the respective inclusion in school textbooks of Geography, checking and confirming the sources are based upon the authors of books published between the nineteenth century and the end of the Estado Novo.

¹ Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT), mgfernan@letras.up.pt

RÉSUMÉ:

Dans cet article ont considéré les divisions régionales, formels et traditionnels, de Portugal, qui sont identifiés et décrits, cherchant à reconnaître leur utilisation et de l'influence par l'inclusion respective dans les manuels scolaires de Géographie, prouvant et confirmant les sources sur lesquelles se fonde les auteurs de ces livres publiés entre le XIXe siècle et la fin de l'Estado Novo.

Tratando-se de um conceito disseminado no senso comum, a noção de região é imprecisa, aceitando-se, genericamente, como a referência a uma determinada extensão da superfície terrestre. No entanto, mesmo em termos de abrangência, trata-se de um conceito polissêmico, rico e complexo nos significados que pode assumir, diversos conforme a circunstância em que é referido e o objetivo com que é utilizado.

No contexto internacional, por exemplo, é comum aplicar o conceito a um conjunto de países na mesma situação geográfica e com traços semelhantes, enquanto o discurso da Geografia reserva o termo região, preferencialmente, para a situação intermédia nas classificações territoriais infranacionais, associando-o a uma parte de um país (Roncayolo, 1986, p. 161).

De qualquer forma, as dificuldades não se limitam à questão da abrangência, importando clarificar que, em função dos objetivos, se podem delinear classificações de regiões formais ou de regiões funcionais, tratando-se, no primeiro caso, de áreas geográficas com alguma homogeneidade física, económica e social, que visam a análise, e, no segundo caso, de áreas geográficas estruturadas por uma rede funcionalmente interdependente, polarizada e mais ou menos coerente, pretendendo-se, com a respetiva identificação, compreender as estruturas territoriais de natureza económica.

Digamos que, enquanto as regiões formais são o tipo de regiões tradicionalmente delimitadas e concebidas para identificar, descrever, analisar e compreender *territórios*, podendo, ou não, ser-lhes atribuídas competências administrativas, as regiões funcionais assentam numa conceção mais moderna que tenta explicar, controlar e planear o *espaço*, embora, verdadeiramente, cedo se tenha percebido que a delimitação de “regiões plano” implicava a consideração de ambas as perspetivas (Lopes, 1980, pp. 31-45).

Objetivando, no presente artigo², são consideradas as divisões regionais, formais e tradicionais, de Portugal Continental, procurando-se reconhecer a sua utilização e influência a partir da inserção da respetiva representação cartográfica nos compêndios (o

² Elaborado a partir de ideia incluída em texto de 2007, policopiado e denominado “Manuais Escolares de Geografia: imagens, Cartografia e divisões regionais” (Porto, Departamento de Geografia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto).

termo recorrente no período abordado) ou manuais escolares³ de Geografia, verificando e confirmando as fontes em que se basearam os autores desses manuais, publicados entre o século XIX e o final do Estado Novo, com a revolução de abril de 1974.

Assinale-se que, desde a fundação do Estado português e até à primeira metade do século XIX, a organização do território era muito diversa e complexa (envolvendo *terras*, sob administração de magistrados nomeados pelo monarca; mais restritamente, domínios pertencentes à nobreza, clero e militares, como os *coutos*, as *honras*, as *beetrias* e os *préstamos*; e ainda os *judgados*, *municípios* e *paróquias*, com limites mutuamente independentes e não coincidentes), embora, no plano geográfico, as comarcas ou províncias, porque “assumiram apelativos regionais ou incorporaram noções hidrográficas e orográficas, função de mais lato âmbito territorial” (Santos, 1985, p. 25), devam ser encaradas, sensivelmente, como as divisões regionais tradicionais de tipo formal.

A partir de 1836, com a reforma administrativa que consagrou a estruturação do território em freguesias, municípios e distritos, sequencialmente integrados, as divisões regionais tradicionais perderam significado administrativo. Sabe-se que, inicialmente, o Liberalismo ainda considerou as províncias como circunscrições eleitorais (Claudino, 2001, p. 219), mas estas perduraram essencialmente pelo seu valor corográfico, mesmo quando representadas, de maneira mais ou menos artificial, pela agregação de distritos. Clarifique-se também que, estando a tratar-se de manuais escolares relativos ao século XIX e ao Estado Novo, apenas encontraremos a representação de delimitações regionais de âmbito administrativo e do tipo formal, pois, em Portugal, as regiões de tipo funcional apenas são referenciadas no ensino básico e secundário a partir de finais da década de 1970.

Como sublinhou Amorim Girão (Girão, 1960, p. 73), os manuais escolares oitocentistas de Geografia eram geralmente “compêndios (...) de prosa compacta, sem um mapa, sem um gráfico, sem uma simples gravura”, não sendo normal encontrar qualquer representação de divisões regionais ou de outro âmbito territorial de Portugal. Aliás, a afirmação, de forma definitiva, da importância da cartografia como instrumento pedagógico a incluir no processo de ensino e, portanto, nos manuais escolares de Geografia, apenas aconteceria na última década do século XIX pela mão de Manuel António Ferreira-Deusdado (1858-1918), “professor proprietário lyceal de Geographia, Historia e Philosophia” e membro do Conselho Superior de Instrução Publica, como o próprio se identifica em algumas das suas publicações.⁴

³ Não se pretende, neste contexto, discutir as diferenças entre ambos os conceitos, pelo que se clarifica que se utiliza a expressão “manual escolar” como sinónimo de “compêndio escolar”.

⁴ Sobre a obra de Manuel António Ferreira Deusdado, ver o ensaio biobibliográfico de Artur Manso (2013).

Este pedagogo, que com a publicação dos *Elementos de Geographia geral* (1891) foi dos pioneiros no alastramento da ilustração nos manuais escolares, contribuiu decisivamente para a melhoria do ensino da Geografia em Portugal, quer com a publicação da *Chorographia de Portugal, ilustrada* (1893), onde se preocupa com o “caracter pedagógico da obra (...) começando pelas noções intuitivas da cartographia e explicando tudo sucessivamente por figuras gravadas no texto” (Deusdado, 1893, Advertência, s/p.), quer com a edição da *Revista de Educação e Ensino*, da qual foi diretor e onde fez publicar, em 1896, “A Reforma do Ensino Geographico”, onde insiste na necessidade de ensinar a Geografia pelo método das *lições de cousas* (Deusdado, 1896, p. 205), o que pressupunha o denominado *estudo pela vista*, implicando uma dupla exigência de observação: a observação direta no *estudo da localidade* e a utilização da cartografia, repetidamente explicitada e justificada, com passagens tão expressivas e assertivas como “a cartographia está para a sciencia geographica como a notação musical está para a musica”; “os mappas, globos, etc. (...) são instrumentos impescindíveis do ensino pela vista”; “sem mappa não há ensino da geographia” (Deusdado, 1896, pp. 207, 210 e 213).

O anacronismo, gráfico e pedagógico, de muitos dos manuais escolares oitocentistas e do princípio do século XX não se deve à ausência de credíveis fontes coevas, pois existiam várias e valiosas fontes cartográficas. De facto, além da relevante publicação, desde 1856 e até 1904, das 37 folhas da Carta Corográfica do Reino, na escala 1:100.000, nunca potenciada nos manuais escolares, sublinhe-se a Carta Geographica de Portugal, na escala 1:500.000, publicada em 1865 pelo então Instituto Geographico. Documento incontornável da história da cartografia temática portuguesa, forneceu a primeira imagem contemporânea da totalidade de Portugal Continental, “que podemos considerar relativamente exacta” (Dias, 1998, p. 7), e foi a base cartográfica, necessária e essencial, ao desenvolvimento da cartografia temática portuguesa sobre Portugal Continental, constituindo, aliás, o suporte para o desenho das primeiras divisões regionais que serviriam como fontes para os manuais escolares.

De facto, entre toda a cartografia temática elaborada sobre a Carta Geographica de Portugal, devem relevar-se dois casos: as *Cartas Elementares de Portugal para uso das escolas*, de Bernardino de Barros Gomes (1878) e o *Portugal au point de vue agricole*, coordenado por Cincinnato da Costa e D. Luiz de Castro (1900).

A obra *Cartas Elementares de Portugal*, publicada na escala de 1:2.250.000 e considerada “o primeiro atlas temático publicado em Portugal” (Daveau, 1995, p. 165), é uma “síntese pedagógico-científica” valiosa, enquadrável “numa preocupação que tende a crescer durante a segunda metade do século [XIX]: melhorar o ensino” (Devv-Vareta et al, 1990, p. VII). Apesar disso, a obra transcendeu a função “para uso das escolas” enunciada no título, tornando-se contributo para abordagens mais ambiciosas e ganhando um estatuto de fonte primária que a fez superar o papel de auxiliar pedagógico.

O *Portugal au point de vue agricole* ambicionava retratar fielmente o Portugal de 1900, para a exposição universal de Paris, contendo, ao longo de textos de vários autores, o primeiro atlas temático oficial, na escala de 1:2.000.000. Elaborado com recursos técnicos e financeiros demasiados, face ao desconhecimento cartográfico revelado, constituiu, apesar disso, uma referência recorrentemente referida por historiadores, mas também por geógrafos. Ambos, as *Cartas Elementares* e o *Portugal au point de vue agricole*, constituir-se-iam como fontes para alguns dos manuais escolares de Geografia.

De qualquer forma, sobre o levantamento de fontes confirmamos que, como outros haviam afirmado, sendo “poucos [os] que as directamente citam, o restante há que encontrá-lo pela comparação” (Soares; Garcia, 1989, p. 151). Assim, a partir do acervo de cerca de 160 manuais existentes na coleção do Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e datados de 1830 à década de 1970, compararam-se imagens recolhidas das divisões regionais de Portugal Continental com as das divisões regionais originais conhecidas, tendo-se confirmado que, embora não se verifique uma influência estritamente sequencial e cronológica, nos casos analisados (cujas imagens, juntamente com as das fontes, se incluem a seguir ao texto) as fontes utilizadas foram, obviamente, as previsíveis.

A respetiva influência pode estruturar-se em duas fases, genericamente meadas pela década de 1930, caracterizando-se a primeira fase pela hesitação entre a afirmação dos estatísticos e administrativos distritos e a divulgação de certas divisões mais ou menos formalizadas a partir das províncias, afirmando-se a segunda fase pelo aprofundamento do conhecimento académico institucionalizado e reconhecido, expresso essencialmente nos trabalhos de Amorim Girão e de Orlando Ribeiro.

Uma certa tendência para a demora na utilização do distrito como nova divisão administrativa, bem como para o prolongamento da manutenção das províncias, foi demonstrada por Sérgio Claudino na sua tese de doutoramento sobre os manuais escolares de Geografia do século XIX, nomeadamente nos pontos “Províncias, apesar de distritos” e “Explicar os grandes sistemas nacionais”. De facto, pela análise pormenorizada do texto dos manuais escolares de Geografia da primeira metade do século XIX, Sérgio Claudino salienta que na reação dos manuais à criação dos distritos “não há uma fácil e rápida adesão aos distritos - o que é de enfatizar por, desde a segunda metade dos anos 30, eles terem um funcionamento efectivo, mesmo se são uma divisão territorial em consolidação” (Claudino, 2001, p. 220). Mais à frente, em relação à segunda metade do século XIX, sublinha que quando os distritos passam a ser generalizadamente indicados são normalmente enquadrados pelas províncias, sendo estas “sustidas nos manuais de Geografia, porque alicerçadas na memória das gentes” (Claudino, 2001, p. 485).

As três primeiras fontes, consubstanciadas em imagens cartográficas, surgidas até 1900, foram a “Carta Orographica e Regional de Portugal” (1875), de Bernardino

Barros Gomes, que apresentava uma divisão em regiões naturais (Devy-Vareta et al, 1990, p. XI), dando “especial atenção às condições de exposição e relevo e aos aspectos climáticos delas decorrentes” (Ribeiro, 1957, p. 21); o “Portugal Político, com a rede completa dos Caminhos de Ferro”, publicado na *Corographia de Portugal, Illustrada*, de Manuel António Ferreira Deusdado (1893), onde, apesar de apenas se representarem os limites administrativos distritais, então legais, se identificavam, toponimicamente, sete províncias, estendendo-se o Douro (Litoral) até às proximidades de Coimbra e não se autonomizando o Alto Douro, nem destrinchando as partições da Beira; a “Carte Regionale du Portugal”, de Cincinnato da Costa (1900), onde os limites de oito regiões se ajustam ao somatório de distritos, limitando-se a Beira Alta a coincidir com o distrito de Viseu.

Sobre a respetiva influência, refira-se, em primeiro lugar, o caso de José Nicolau Raposo Botelho (1850-1914), que foi Director do Real Collegio Militar e que, contrariamente aos seus conservadores e graficamente despojados primeiros manuais (conhecem-se cerca de quatro dezenas publicados entre 1875 e 1912 - Garcia, 1999), utilizaria em versões posteriores o “Portugal Político”, de Manuel António Ferreira Deusdado, limitando-se, no manual de 1912, à reprodução a preto e branco da imagem original publicada por Deusdado, retirando-lhe a escala no manual póstumo de 1924 e simplificando a legenda e reintroduzindo a cor no já anacrónico manual de 1949.

Depois, releve-se, o caso de Mário de Vasconcelos e Sá, que publicou e reeditou mais de uma dezena de manuais escolares, entre 1921 e 1943, e que a partir da abertura de um Concurso de Livros Escolares, viu aprovado, em 1921 (Diário de Governo, II Série, de 2 de Agosto de 1921), com o seu *Compêndio de geografia elementar para o ensino oficial*, o primeiro manual moderno de Geografia, verdadeiramente do século XX, apresentando uma profusão de imagens até aí nunca vista. Entre elas, talvez pela recusa da inflexível e artificial dependência dos distritos, preferiu utilizar uma “Carta Vinicola” que seguia de perto a “Carte Vinicole du Portugal”, de Cincinnato da Costa, menos marcada pela divisão distrital.

Finalmente, assinala-se António G. Mattoso (1933), com manuais publicados principalmente na década de 1930, que embora também utilize Cincinnato da Costa, com um mapa das “Regiões vinícolas”, resgataria e prolongaria o contributo de Bernardino Barros Gomes, ao utilizar um mapa de “Regiões Botânico-agrícolas”, em manual de 1933, sensivelmente na mesma altura em que estavam a surgir os contributos de Amorim Girão. Note-se que o contributo de Bernardino Barros Gomes fora explicitado anteriormente por Sílvio Pélico, em manual de 1922⁵, e continua a ser referenciado

⁵ Descreve, em nota, a classificação regional de Barros Gomes e sublinha que “há duas classificações das regiões agrícolas, uma legal – a do Decreto de 17 de agosto de 1912, e outra doutrinária: a de Barros Gomes. Esta última está posta de lado pela legal” (Pélico, 1922, p. 442).

em manual de Bento Roque [1946], que publica a então já superada divisão regional de Bernardino Barros Gomes, justificando, de forma hesitante, que “alguns autores costumam citar, para o Continente, a divisão regional de Barros Gomes – razão porque também a indicaremos como suplemento” (Roque, [1946], p. 174).

A partir dos anos trinta, outras fontes se impuseram. Primeiro foram publicadas duas versões de um “Esbôço duma Carta Regional de Portugal” (1ª edição de 1930 e 2ª edição de 1933) e as “Divisões Regionais de Portugal” (insertas na Geografia de Portugal, de 1941), todas de Amorim Girão, que sempre manteve particular atenção “aos rios, como elemento de unificação, e também aos factores humanos, principalmente no domínio da vida de relação” (Ribeiro, 1957, pp. 21-22), que o levaria à alteração de limites verificável em todas elas. De facto, apesar de normalmente se divulgar apenas as imagens das divisões de 1933, entre esta e a edição de 1930, existem diferenças significativas, nomeadamente nos limites entre o Minho e o Douro Litoral, entre Trás-os-Montes e o Alto Douro, entre a Beira Alta e a Beira Transmontana e entre o Ribatejo e a Estremadura, enquanto na de 1941 volta a mover os limites, particularmente nas Beiras e no Alto Douro.

Entretanto, em 1937, havia surgido o trabalho de Hermann Lautensach, com uma divisão que dava particular importância “às massas de relevo e às condições do solo” (Ribeiro, 1957, pp. 21-22), enquanto em 1945 foi publicado o Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico, de Orlando Ribeiro, onde, atendendo a todos os critérios anteriormente utilizados, se delinearão “divisões geográficas” que mantinham a “subdivisão em regiões secundárias” que Lautensach iniciara em 1932 (e que foi a divisão em que essencialmente se baseou Orlando Ribeiro - Ribeiro, 1957, p. 21), mas que adotavam, também, as linhas gerais da divisão de Barros Gomes, fundadas nas “espécies florestais dominantes” e que se sintetizavam em “três grandes conjuntos naturais, a que se ajustam os factos essenciais da geografia humana: *Norte atlântico*, *Norte transmontano* e *Sul*” (Ribeiro, 1957, p. 18). Procurando uma “certa identidade de aspetos comuns” e “o sentimento de não sairmos da mesma terra” (Ribeiro, 1957, p. 23), Orlando Ribeiro delinearía uma nova síntese, que demoraria a ser transposta para os manuais escolares de Geografia.

A “culpa” foi de Amorim Girão e do Código Administrativo de 1936. O primeiro, porque empreendeu o *Esbôço Duma Carta Regional de Portugal*, “de início com intuítos puramente científicos, embora com vistas à sua possível utilidade ou aplicação” (Ribeiro, 1957, pp. 19-20); o segundo, porque introduziu um novo nível administrativo, ao recuperar a escala provincial, e consagrou uma adaptação em onze províncias, das treze divisões regionais originalmente previstas por Amorim Girão, refazendo os limites provinciais, ao conjugar e adaptar as edições de 1930 e de 1933, numa “negociação” que resultou numa *divisão legal*, a qual, “em coloridos mapas, e tendo sobrepostos os dezoito distritos, decoraram as paredes de todas as escolas do País ao longo de dezenas de anos, permanecendo muitos deles até aos nossos dias” (Gaspar, 1993, p. 16).

Naturalmente, para além das paredes das escolas, também nos manuais escolares de Geografia se optaria, predominantemente, por esta *divisão legal*, a qual se manteria para lá da abolição da sua validade administrativa (na revisão constitucional de 1959), assim se reforçando o seu contributo para o “importante impacto na configuração mental que os portugueses construíram do território nacional” (Gaspar, 1993, p. 16).

Para exemplificar a utilização anterior a 1959, vejam-se os manuais de José J. F. Barroso [1939], Augusto C. G. Soeiro e C. C. A. Vilamariz (1940), José M. Gomes [década de 1940], Albano Fernandes (1948), E. M. Alves de Moura e Américo Palma (1951)⁶ e, ainda, A. Estácio da Veiga (1957), este sublinhando o enquadramento legalista e administrativo ao acrescentar-lhe um mapa apenas com a divisão distrital.

Para a sua continuidade, depois de 1959, em manuais onde prevaleceu a intenção de caracterizar o território, preterindo-se a estrita “divisão legal” distrital, refiram-se as obras assinadas por Amílcar Augusto A. Patrício (1913-1993), Júlio Leal Loureiro (1909-1990), Eduardo Marinha Alves de Moura (1895-1991) e Evaristo Guedes Vieira (1909-1979), “respeitáveis autores” de manuais de Geografia, pertencentes a uma “verdadeira elite do ensino liceal do Estado Novo” (Claudino, 2005, p. 204), que revelavam a sensibilidade e o conhecimento geográfico coevo, alicerçado na formação de base que possuíam (uma síntese do percurso de cada um destes autores foi elaborada em Claudino, 2005, pp. 204-205).

Assim, no manual de Evaristo Vieira e E. M. Alves de Moura [1957], os autores *copiaram* “as divisões geográficas de Portugal, seg. Orlando Ribeiro”, enquanto Júlio L. Loureiro e Amílcar A. Patrício, começaram por apresentar, no manual de [1950], uma divisão em “regiões naturais”, que referem como a utilização do “conceito e divisão apresentado pelo Prof. Amorim Girão na Geografia de Portugal (1941)”⁷, embora se trate da resultante de uma curiosa combinação das propostas de Amorim Girão e de Orlando Ribeiro, acabando a optar pela divisão geográfica do segundo nos manuais editados em [1960] (ano da morte de Amorim Girão) e em [1966]. De qualquer forma, quer nestas edições quer nas da década de 1970, verificou-se a persistência da influência da obra de Amorim Girão na ilustração dos manuais destes autores, o que decorria do facto de ambos terem sido alunos de Amorim Girão, mas também da circunstância de ter sido Amílcar Patrício quem “desenhou para o livro [Geografia de Portugal] a maior parte das figuras e dos mapas.” (Girão, 1941, p. 457).

⁶ Apesar de Alves de Moura, em manual da sua exclusiva autoria, já citar Orlando Ribeiro em 1950, referindo o “Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico”.

⁷ Em 1960 mantêm a mesma referência mas indicando a 2ª edição da *Geografia de Portugal* de Amorim Girão (J. Leal de Loureiro e Amílcar A. Patrício, [1950], p. 368 e [1960], p. 257).

Com o falecimento de Amorim Girão, em 1960, foi diminuindo a influência da sua obra e impondo-se a modernidade do Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico (1945), a obra de Orlando Ribeiro que fizera o seu caminho e se encontrava, finalmente, em terreno fértil de afirmação e reconhecimento, assinalando-se a época do Estado Novo como fase de influência das obras de geógrafos consagrados, particularmente de Amorim Girão, com contributos de maior “utilidade e aplicação”, vertíveis em manuais escolares e em mapas que decoravam as paredes das salas de aula, reforçando uma certa imagem regional/provincial do país que se manteve nos programas até ao 25 de Abril de 1974 e se propagou mais além na memória e na cultura de várias gerações.

CONCLUSÃO

Em síntese, as fontes utilizadas nos manuais escolares de Geografia para ilustrar as divisões regionais de Portugal Continental foram, obviamente, as previsíveis, sendo certo que a respetiva influência pode estruturar-se em duas fases, genericamente meadas pela década de 1930.

A primeira fase caracteriza-se por alguma diversidade, com alguns manuais a apresentarem imagens que mantêm as províncias e outros a afirmarem os distritos e/ou a divulgação de certas divisões mais ou menos formalizadas, nomeadamente, a “Carta Orográfica e Regional de Portugal”, de 1875 e de Bernardino Barros Gomes; o “Portugal Político, com a rede completa dos Caminhos de Ferro”, publicado em 1893 por Manuel António Ferreira Deusdado; a “Carte Regionale du Portugal”, que Cincinnato da Costa incluiu em publicação de 1900).

Na segunda fase, a partir da década de 1930 afirmou-se o aprofundamento do conhecimento académico institucionalizado e reconhecido, expresso essencialmente nos trabalhos de Amorim Girão (*Esbôço Duma Carta Regional de Portugal*, de 1930 e de 1933) e de Orlando Ribeiro (*Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 1945). A obra do primeiro, beneficiando da aprovação, no Código Administrativo de 1936, de uma *divisão legal* decorrente da conjugação dos seus “esbôços”, predominaria nos manuais escolares e nas paredes das escolas até à década de 1960. O segundo, depois da abolição, na revisão constitucional de 1959, da validade administrativa da escala provincial, assistiria à afirmação gradual, também nos manuais de Geografia, da sua delimitação regional de Portugal Continental.

De facto, após o falecimento de Amorim Girão, em 1960, foi diminuindo a respetiva influência e impondo-se a modernidade do Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico (1945), de Orlando Ribeiro. Contudo a imagem da *divisão legal* regional/provincial, construída anteriormente, manteve-se e propagou-se na memória e na cultura de várias gerações, mesmo depois de 25 de Abril de 1974.

**SEQUÊNCIA CRONOLÓGICA DAS DIVISÕES REGIONAIS
NOS MANUAIS DE GEOGRAFIA E RESPECTIVAS FONTES
(a sublinhado)**



Bernardino Barros GOMES
(1875)



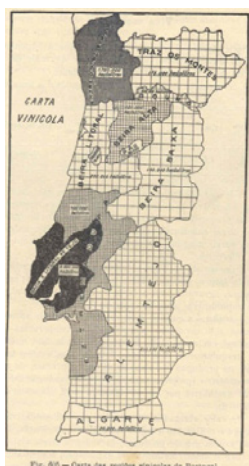
Manuel A. Ferreira DEUSDADO
(1893)



B. C. Cincinnato da COSTA
(1900)



José N. R. BOTELHO
(1912)



Mário de Vasconcelos e SÁ
(1921)



José N. R. BOTELHO
(1924)

**SEQUÊNCIA CRONOLÓGICA DAS DIVISÕES REGIONAIS
NOS MANUAIS DE GEOGRAFIA E RESPECTIVAS FONTES
(a sublinhado) (continuação)**



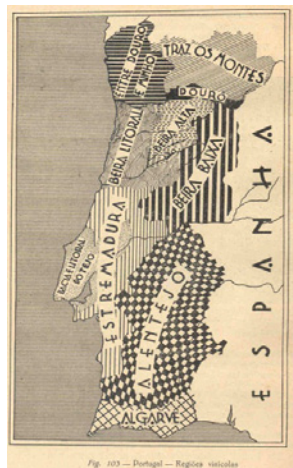
A. de Amorim GIRÃO
(1930)



A. de Amorim GIRÃO
(1933)



António G. MATOSO
(1933)



António G. MATOSO
(1933)

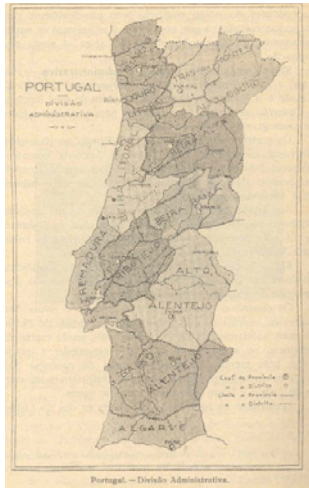


José J. F. BARROSO
[1939]



Hermann LAUTENSACH
(1937)

**SEQUÊNCIA CRONOLÓGICA DAS DIVISÕES REGIONAIS
NOS MANUAIS DE GEOGRAFIA E RESPECTIVAS FONTES
(a sublinhado) (continuação)**



Augusto C. G. SOEIRO e A. de Amorim GIRÃO
(1941)



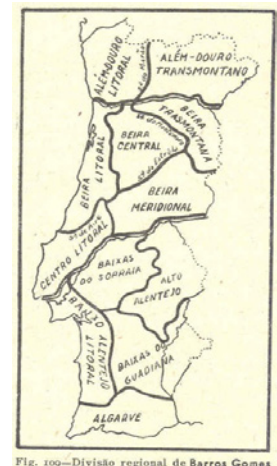
José M. GOMES
[década de 1940]



C. C. A. VILAMARIZ
(1940)



José M. GOMES
[década de 1940]



Orlando RIBEIRO
(1945)

**SEQUÊNCIA CRONOLÓGICA DAS DIVISÕES REGIONAIS
NOS MANUAIS DE GEOGRAFIA E RESPECTIVAS FONTES
(a sublinhado) (continuação)**



Bento ROQUE
[1946]



Albano FERNANDES
[1948]



Fig. 268 – Regiões naturais.

José N. R. BOTELHO
(1949)



E. M. Alves de MOURA e Américo PALMA (1951)



Evaristo VIEIRA e E.M. Alves de MOURA (1957)

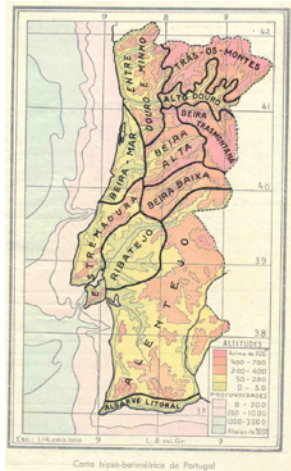


A. Estácio da VEIGA
[1957]

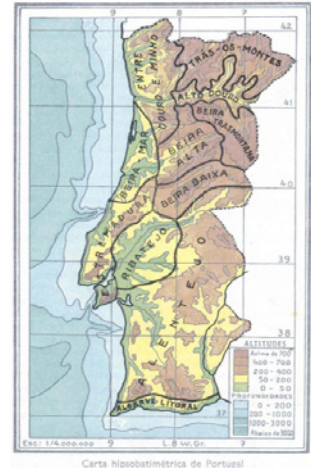
**SEQUÊNCIA CRONOLÓGICA DAS DIVISÕES REGIONAIS
NOS MANUAIS DE GEOGRAFIA E RESPECTIVAS FONTES
(a sublinhado) (continuação)**



A. Estácio da VEIGA
(1957)



Júlio L. LOUREIRO
e A. A. PATRÍCIO [1960]



Júlio L. LOUREIRO
e A. A. PATRÍCIO [1966]

Manuais escolares de Geografia referidos

- 1891 - DEUSDADO, Manuel António Ferreira, *Elementos de Geographia geral*. Lisboa: Guillard, Aillaud e C^a.
- 1912 - BOTELHO, José Nicolau Raposo, *Geografia geral, actualizada e adaptada à instrução secundária*. Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão, 13^a ed.
- 1921 - SÁ, Mário de Vasconcelos e, *Compêndio de geografia elementar para o ensino oficial*. Porto: Lelo & Irmão, I parte, 3^a classe; II parte, IV classe; III parte, V classe.
- 1922 - PÉLICO, Sílvio, *Curso elementar de geografia comercial*. Coimbra: Imprensa Académica, 2^a ed..
- 1924 - BOTELHO, José Nicolau Raposo, *Geografia geral: actualizada e adaptada ao ensino nos institutos de instrução secundária e escolas similares...* Porto: Livr. Chardron de Lello & Irmão, 17^a ed.
- 1933 - MATTOSO, António G., *Compêndio de Geografia económica*. Lisboa: Livr. Sá da Costa Editora.

- [1939] - BARROSO, José Joaquim Ferreira, *Noções de geografia comercial, vias de comunicação e transportes: para uso das escolas comerciais*. Porto: Livraria Simões Lopes, [DL 1939].
- 1940 - SOEIRO, Augusto C. G. e VILAMARIZ, Carlos C. A., *Ciências geográfico-naturais para os 2º e 3º anos dos liceus*. Porto: Domingos Barreira, 3ª ed.
- [1940, década] - GOMES, José M., *Geografia para o ensino primário: resumo*. Lisboa: Livraria Popular.
- [1940, década] - GOMES, José M., *Geografia para o ensino primário*. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco, Colecção Franco, 30ª ed.
- [1946] - ROQUE, Bento, *Geografia Económica. A Terra*. Lisboa: Gomes & Rodrigues, Vol. II, 2ª ed. (1ª edição 1944).
- [1948] - FERNANDES, Albano, *Compêndio de ciências geográfico-naturais*. Lisboa: Livraria Popular, 9ª ed., [imp. 1948].
- 1949 - BOTELHO, José Nicolau Raposo, *Geografia geral: actualizada e adaptada ao ensino nos institutos de instrução secundária e escolas similares*. Porto: Lello & Irmão, 21ª ed.
- [1950] - LOUREIRO, Júlio Leal e PATRÍCIO, Amílcar A., *Compêndio de geografia para o 2º ciclo dos liceus*. Porto: Porto Editora, [imp. 1950].
- 1950 - MOURA, Alves de, *Compêndio de geografia: 2º ciclo dos liceus*. Lisboa: Livraria Didáctica, 2ª ed.
- 1951 - MOURA, Eduardo Marinha Alves de e PALMA, Américo, *Geografia geral*. Lisboa: Livraria Didáctica, 6ª ed.
- 1957 - VEIGA, Armando Estácio da, *Geografia*, Lisboa: Escola Lusitânia Feminina.
- [1957] - VIEIRA, Evaristo e MOURA, Eduardo Marinha Alves de, *Compêndio de geografia para o 3º ciclo dos Liceus*. Lisboa: Livr. Sá da Costa.
- [1960] - LOUREIRO, Júlio Leal de e PATRÍCIO, Amílcar A., *Compêndio de geografia: 2º ciclo dos liceus, vol. II, 4º-5º anos*. Porto: Porto Editora.
- [1966] - LOUREIRO, Júlio Leal de e PATRÍCIO, Amílcar A., *Compêndio de geografia: 4º-5º anos*. Porto: Porto Editora, [1966].

REFERENCIAS DOCUMENTALES

- Claudino, Sérgio (2005), "Os Compêndios Escolares de Geografia no Estado Novo: Mitos e Realidades". Lisboa: CEG, *Finisterra*, XL, 79, pp. 195-208.
- Claudino, Sérgio (2001), *Portugal através dos manuais escolares de Geografia. Século XIX. As imagens intencionais*. Universidade de Lisboa, tese de doutoramento, pol.

- Costa, B. C. Cincinnato da e CASTRO, D. Luiz de (coords., 1900), *Portugal au point de vue agricole*. Lisboa: Lithographia da Imprensa Nacional.
- Daveau, Suzanne (1995), “A Cartografia portuguesa moderna: os mapas temáticos”, in M^a Helena DIAS, coord., *Os Mapas em Portugal, da tradição aos novos rumos da cartografia*. Lisboa: Ed. Cosmos, pp. 161-181.
- Deusdado, Manuel António Ferreira (1896), “A Reforma do Ensino Geographico”. Lisboa: Typographia Lucas, *Revista de Educação e Ensino*, Vol. XI, pp. 193-223.
- Deusdado, Manuel António Ferreira (1893), *Chorographia de Portugal, illustrada, 50 gravuras – 20 mapas a cores*. Lisboa: Guillard, Aillaud e Cia Editores, 1^a edição.
- Devy-Vareta, Nicole et al (1990), “Bernardino Barros Gomes e as Cartas Elementares de Portugal”, in *Cartas Elementares de Portugal, Barros Gomes, 1878*. Lisboa: Imp. Nac.-Casa da Moeda, edição fac-similada, pp. I-XI.
- Dias, M^a Helena (1995, Coord.), *Os Mapas em Portugal, da tradição aos novos rumos da cartografia*. Lisboa: Ed. Cosmos.
- Dias, M^a Helena (1998), *Quatro Séculos de Imagens da Cartografia Portuguesa*. Lisboa: União Geográfica Internacional, Conferência Regional 98.
- Garcia, João C. (Coord., 1999), “Ensinar Geografia no século XX: uma lista bibliográfica”. Lisboa: *Apogeo*, Revista da Associação de Professores de Geografia, n^o 17/18, pp. 55-74.
- Gaspar, Jorge (1993), *As Regiões Portuguesas*. Lisboa: Ed. do Ministério do Planeamento e Administração do Território.
- Girão, A. de Amorim (1930, 1^a edição), *Esboço duma Carta Regional de Portugal, com a indicação das bases para a classificação das sub-regiões portuguesas*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Girão, A. de Amorim (1933, 2^a edição), *Esboço duma Carta Regional de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Girão, A. de Amorim (1938), *A divisão provincial do novo Código Administrativo. Segunda resposta*. Coimbra: Coimbra editora (separata de *Biblos*, vol. XIV).
- Girão, A. de Amorim (1941, 2^a edição 1958), *Atlas de Portugal*. Coimbra: Gráfica de Coimbra (texto) e Lito-Coimbra (mapas). Publicação comemorativa do duplo centenário.
- Girão, A. de Amorim (1941, 2^a edição 1951), *Geografia de Portugal*. Porto: Portucalense Editora.
- Girão, A. de Amorim (1960), “Novas concepções do ensino da Geografia”. Coimbra: *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Ano I, n^o 1, pp. 73-80.

- Gomes, Bernardino de Barros (1878), *Cartas Elementares de Portugal para uso das escolas, Aprovadas para as escolas primárias pela Junta Consultiva de Instrução Publica, e duas d'ellas duas vezes premiadas na exposição de Philadelphia de 1876*. Lisboa, Lallemand Frères Typ. (1990: Edição fac-similada com estudo introdutório de Nicole DEVY-VARETA et al).
- Lautensach, H. (1944), “A Formação dos Aspectos Culturais da Paisagem Portuguesa”. Lisboa: *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, n.ºs 9, 10, 11 e 12 (separata).
- Lopes, A. Simões (1980), *Desenvolvimento Regional*, Vol. I: Problemática, Teoria, Modelos. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Manso, Artur (2013), “Manuel António Ferreira-Deusdado (1858-1918). Ensaio biobibliográfico”, in Rodrigues, Ernesto e Ferreira, Amadeu (2013, coord.), *A Terra de Duas Línguas II. Antologia de Autores Transmontanos*. Lema d’Origem, pp. 317-326.
- Ribeiro, Orlando (1945), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Coimbra: Coimbra Editora. (7ª ed., Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1998).
- Ribeiro, Orlando (1957), *A Geografia e a Divisão Regional do País*. Lisboa: Biblioteca do Centro de Estudos Político-Sociais (Comunicação apresentada na sede do Centro de Estudos Político-Sociais; Separata do volume “Problemas de Administração Local”).
- Roncayolo, Marcel (1986), “Região”, in Enciclopédia Einaudi, Vol. 8: *Região*, pp. 161-189. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Santos, José António (1985), *Regionalização, Processo Histórico*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Santos, José Queiroz e Marques, Bernardo S. (org., 1989), *Colóquio sobre Manuais Escolares*, Porto: Associação Portuguesa de Geógrafos.
- Soares, Laura e Garcia, João C. (1989), “Manuais Portugueses de Geografia na segunda metade do século XIX”, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: 107ª sér., 7-12, 1989, p. 147-155. Id.: in Acta, Ponencias y Comunicaciones. V Colóquio Ibérico de Geografia, León 1989, León, Universidad de León, 1991, p. 41-49.